

FELICIANA MARIA DE MILÃO (1629 - 1705): NA MARCA DE POSSE O LEMA DE VIDA

Resumo: Figura enigmática e quase mítica do século XVII português, conhece-se de D. Feliciania Maria de Milão um percurso de vida insólito para as normas sociais da época. Dela restou a memória da sua marcada cultura e, sobretudo, do espírito crítico, presente no espólio escrito que deixou, nos testemunhos da convivialidade que desenvolveu com personalidades da corte e, ainda, na vida religiosa que adotou em 1659, ao entrar para o mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Não seria fácil a uma mulher no século XVII, ainda para mais sem parentes conhecidos, distinguir-se pelo espírito e pela erudição. Porém, nas respostas prontas que ficaram registadas para a posteridade e na correspondência que manteve com figuras marcantes da sociedade, é evidente que D. Feliciania de Milão teve um privilegiado acesso a obras que lhe modelaram a cultura na sua expressão oral e escrita. O encontro com livros (poucos) que lhe pertenceram, não chega para um estudo da sua biblioteca. Revelam, no entanto, a presença de literatura em língua italiana, invulgar para a época, ainda mais tratando-se de uma mulher. Revelam, sobretudo, uma marca de posse que é, em si mesma, um lema de vida: “La fortuna o la mejor o ninguna”.

Palavras-chave: D. Feliciania Maria de Milão (1629-1705). Marca de posse. Marcas de proveniência. Portugal.

Fernanda Maria Guedes de Campos
Doutoramente em História Moderna
Universidade Nova de Lisboa
orcid 0000-0001-9216-0893
fmgcampos@netcabo.pt

FELICIANA MARIA DI MILANO (1629 – 1705): IN THE MARK OF OWNERSHIP THE MOTTO OF LIFE

Abstract: An enigmatic and almost mythical figure of the Portuguese 17th century, D. Feliciania Maria de Milão is known for a life path that was unusual for the social norms of the time. What remains of her is the memory of her strong culture and, above all, of her critical spirit, present in the written collection she left behind, in the testimonies of the conviviality she developed with court personalities and, also, in the religious life she adopted in 1659, when she entered the monastery of S. Dinis in Odivelas. It would not be easy for a woman in the 17th century, and even more so without any known relatives, to distinguish herself by her spirit and erudition. However, in the prompt answers that have been recorded for posterity and in the correspondence that she kept with important figures of the society, it is evident that D. Feliciania de Milão had a privileged access to works that shaped her culture in its oral and written expression. The encounter with books (few) that belonged to her, is not enough for a study of her library. They reveal, however, the presence of literature in the Italian language, unusual for the time, especially for a woman. Above all, they reveal a mark of possession that is in itself a life motto: “La fortuna o la mejor o ninguna”.

Keywords: D. Feliciania Maria de Milão (1629-1705). Ownership. Provenance. Portugal.

1 NOTA INTRODUTÓRIA

Feliciana Maria de Milão representa, ainda hoje, um enigma na sociedade portuguesa letrada, religiosa e aristocrática de Seiscentos. Começa pelo facto de não se conhecerem os progenitores, mas se verificar, pelos testemunhos escritos que deixou, que se encontrava bem inserida numa rede de relações que incluía o próprio rei. Acresce, na memória que deixou, a constatação de uma ilustração invulgar na época, e ainda mais sendo mulher, no domínio da escrita que revela prática de línguas estrangeiras e conhecimentos profundos dos estilos narrativos, plasmados nas várias cartas que escreveu.

A descoberta de fontes inéditas por Pedro Sena-Lino, divulgadas na sua tese de doutoramento¹ permite-nos agora conhecer e sistematizar alguns dados concretos sobre a sua vida e obra, apesar de permanecerem algumas sombras por desvendar, como reconhece aquele autor. Usaremos também as notícias biográficas que lhe foram consagradas por autores setecentistas² não só pela apreciação que fazem sobre Feliciana de Milão criando uma memória sobretudo de ditos espirituosos, por vezes mordazes, mas oportunos, tolerados na época e ainda relevantes um século depois, mas também pelo que nelas se nos revela quanto à sua invulgar formação cultural.

Segundo os dados biográficos apresentados por Pedro Sena-Lino (2012, p. 18-19) Feliciana nasceu em Lisboa, na freguesia de S. Paulo em 8 de outubro de 1629 de pais desconhecidos ou incertos. Entrou no mosteiro de S. Dinis de Odivelas, da Ordem de Cister, em 29 de março de 1659 onde veio a desempenhar funções de relevo: Priora (1688-1701) e Abadessa (1700-1703). Faleceu no mosteiro em 1706. Dado que várias religiosas de Odivelas viviam em moradias dentro dos limites do convento, com as suas criadas, Sena-Lino avança a hipótese que tal fosse a situação de Feliciana de Milão uma vez que na sua correspondência refere a existência de criadas.

¹ *Estratégias por correspondência: uma leitura da obra de Feliciana de Milão*. Tese de Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura de Expressão Portuguesa orientada pela Professora Doutora Vanda Anastácio. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Acessível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8010/1/ulsd064968_td_tese.pdf

² Referimo-nos, essencialmente, ao *Theatro heroico: abcedario histórico e catalogo das mulheres ilustres em armas, letras, acçoens heroicas e artes liberaes* (Lisboa, 1736-1740) em 2 vol., escrito por Damião de Froes Perim, pseudónimo de Frei João de S. Pedro (1692-17--) monge da Ordem de S. Jerónimo e à *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Chronologica...* (Lisboa, 1741-1759) em 4 vol., escrita por Diogo Barbosa Machado (1682-1772).

Dado que entra na vida religiosa já com 30 anos há todo um espaço de tempo em que pouco ou nada se conhece da sua vida. Ora, precisamente, a par com a asserção da própria de que não se lhe conheciam os progenitores, temos ainda a registar dentro dos mistérios, o próprio nome. Sugerindo alguma ligação a Itália, era, porém, apelido reconhecido em Portugal. Seria um patronímico escolhido na construção de uma persona? Seria um indicativo da sua origem? Sena-Lino, sem ignorar a primeira hipótese, revê a literatura que sobre Feliciano foi sendo escrita nos séculos XIX e XX e propõe outra hipótese que melhor justificaria a posição social da qual gozava apesar de bastarda ou enjeitada. Assim, a partir dos seus escritos em que refere a presença de um seu primo na grade do mosteiro, o autor estabelece uma relação com a casa dos condes de Vale de Reis que parece fundamentada. Nessa relação haveria até uma forte justificação para a utilização do apelido Milan ou Milão pela ligação dos Vale de Reis a uma Dona Leonor de Milan, oriunda de Aragão. No entanto, é hipótese válida, ainda que carecida de mais fontes informativas, como aquele autor reconhece.

Do registo dos seus ditos que os biógrafos foram transcrevendo apercebemo-nos de uma figura de mulher sozinha, frequentando lugares de sociabilidade como as igrejas, mas sem qualquer relação com a vida monástica, pelo que a entrada no mosteiro de Odivelas, ademais sem menção de dote, poderá ter sido a solução para um problema de sobrevivência, também ele cultural. Como refere Sena-Lino (2012, p. 26-27):

De facto, não havia uma terceira hipótese para uma mulher seiscentista que não o casamento ou o convento. Ou seja, não havia um modelo social de mulher independente da autoridade masculina, que vivesse no século, com uma profissão; era difícil a sua inserção na sociedade [...] A opção pelo Convento, como espaço de aprendizagem, onde poderiam deter ‘papéis e responsabilidades’ que o século não lhes poderia oferecer; e onde a identidade de mulher de letras se pudesse coadunar com o silêncio e a liberdade interior, onde pudesse ‘apoderar-se da sua própria vida» surge como única opção, a «única liberdade’.

A falta de documentação, que, em grande medida, se deve às percas originadas pelo terramoto de 1755, a outros desastres naturais como incêndios em igrejas ou ainda ao resultado das guerras peninsulares no início do século XIX seguido da extinção dos conventos ordenada em 1834, mantêm assim Feliciano ainda envolto em mistério. Restam-nos, como dissemos, o testemunho de biógrafos, que em seguida apresentamos, a presença romanceada

em obras do século XIX e XX³ e, graças ao investigador cuja tese temos vindo a citar, um conhecimento detalhado do espólio epistolográfico e literário de Feliciano de Milão, nunca antes publicado..

2 A MEMÓRIA DE FELICIANA MARIA DE MILÃO

Damos voz agora aos autores do *Theatro heroico* e da *Bibliotheca Lusitana* que atrás referimos, cuja visão quase coeva, nos permite conhecer a mulher na sociedade do seu tempo e perceber a mulher e também a autora no seu estilo espontâneo, mas fortemente matizado pelo conhecimento das correntes literárias então em voga, como veremos adiante.

Na primeira metade do século XVIII publicam-se, em Portugal, duas obras dedicadas a biografias de mulheres. A primeira foi o *Portugal ilustrado pelo sexo feminino: notícia histórica de muitas heroínas portuguesas que floresceram em virtudes, letras e armas*, escrita por Diogo Manuel Aires de Azevedo, um pseudónimo do padre oratoriano Manuel Tavares (?-1735) publicada em 1734, ficando-se pelo 1º volume. Nesta obra, dedicada a Nossa Senhora, feita com evidentes intenções didáticas, o autor amplia a natureza exemplar das mulheres, biografadas em outras obras anteriores como o *Jardim de Portugal*, da autoria de frei Luís dos Anjos (?-1625), eremita de Santo Agostinho, publicada em 1626, para outras áreas em que eram também merecedoras de ser evocadas. Com efeito, o *Jardim de Portugal* “dá notícia de algumas santas & outras mulheres ilustres em virtude” como se lê no rosto da obra enquanto o *Portugal ilustrado* já contempla, para além das virtudes, também as letras e as armas e, em consequência, refere Feliciano de Milão.

Porém, existiu uma segunda obra que vamos seguir com mais atenção pelo reporte biográfico mais extenso a Feliciano Maria de Milão. Intitula-se *Theatro heroico: abcdario histórico e catalogo das mulheres ilustres em armas, letras, acçoens heroicas e artes liberaes*, foi publicada em 2 volumes, de 1734 e 1740, tendo o seu autor frei João de S. Pedro (1692-17--), monge da Ordem de S. Jerónimo, escolhido o pseudónimo de Damião de Froes Perim. Surgem, portanto, no mesmo ano duas publicações distintas, ambas destinadas à leitura feminina de exemplo, sendo que a primeira se dedica a biografias de portuguesas e a segunda amplia, no espaço e no tempo, a escolha e o número de heroínas biografadas.

³ Sena-Lino (ob. cit., p. 20, nota 17) elenca, por ordem cronológica as várias obras que referem Feliciano Maria de Milão e, no texto refere-se-lhes e cita-as em diversas instâncias.

Note-se que o peso das virtudes espirituais e do ideal de vida religiosa, parece desvanecer-se à medida que se avança no século XVIII. Por um lado, é consequência de mais mulheres saberem ler e de se começar a valorizar, nas famílias de mais elevado nível social, as competências de leitura (se não mesmo de escrita) entre as qualidades próprias do sexo feminino. Por outro lado, é a percepção de novos modelos de educação para mulheres, presentes quer em instituições religiosas, especialmente quando tinham funções pedagógicas, quer na composição do ideal feminino. A tradição de biografias apenas associadas à hagiografia e a um ideal de vida exclusivamente religioso, dá lugar aos retratos de mulheres que, sem menosprezo de santas e beatas, põe em evidência as “heroínas” que se distinguiram pelas virtudes, naturalmente, mas também pelas armas, letras, ações heróicas e artes liberais. A escolha deste tipo de narrativa, presente no *Theatro heroino*, junta distintas histórias num mesmo livro, visa atingir uma modalidade de leitura que não pressupõe a linearidade unificante do texto, uma, sobretudo, permitir (e nisso se pretende atingir um público mais vasto) a escolha desta ou daquela história, lê-la mais do que uma vez, ou, pelo contrário, ignorá-la. Como a modalidade de leitura no feminino comportava, quer no convento quer em casa, uma apreciável dimensão oral e em grupo, decorrendo de forma pausada e, se necessário, usando explicações em partes menos perceptíveis, este tipo de obras tornou-se particularmente estimado.

Feliciano de Milão já não leu o *Theatro heroino* ou o *Portugal ilustrado*, porém poderá ter lido o *Jardim de Portugal*. De qualquer modo, é como “heroína” que a vamos encontrar no relato de frei João de S. Pedro ou Damião de Froes Perim, como escolheu nomear-se e que não esconde a admiração pela biografada. Refere-lhe o nascimento de pais incertos, mas acrescenta que teve instrução esmerada e conhecimento de várias línguas, patente na obra que deixou na qual o autor realça “o engenho, juízo, discrição e erudição” (SÃO PEDRO, 1734, p. 375). Na extensa narração que faz dos ditos afamados de Feliciano de Milão encontramos exemplos ocorridos na vida secular e, mais abundantes, os relativos ao período da sua vida religiosa. Em todos o autor enaltece “o pico, a graça e a discrição” que a tornaram conhecida na época e lhe perpetuaram a memória. Do primeiro período de vida destacamos os seguintes episódios:

Querendo entrar na Igreja da Trindade sendo ainda secular, em uma festa de grande concurso, mandou à criada que fosse diante fazendo-lhe caminho. Estava um Desembargador na porta que tinha por alcunha o Malmede e era

filho de uma colareja⁴ e, dando na criada um beliscão, lhe disse Dona Feliciania: Não apolegue Vossa Mercê a fruta que não há-de comprar; e respondendo ele com menos discricção e política: Sim, comprarei porque tenho dinheiro para isso, voltou ela a dizer-lhe: Mal mede Vossa Mercê as pessoas com quem fala” (Id., *ibid.*, p. 376)⁵.

Noutra ocasião,

“entrando, em dia de festa, na igreja de S. Roque, antes de ser freira, vendo as criadas que certa Dama valida na Corte se não queria erguer para ela passar, se enfadaram com a Dama e acudindo Dona Feliciania lhes disse: Deixai, deixai que não se levanta de graça quem se deita por dinheiro” (Id., *ibid.*, p. 382).

Entre trocadilhos e apotegmas, Feliciania foi construindo fama, não poupando o rei e membros da nobreza e não hesitando em provocar quem lhe causava desgosto. Assim, já em Odivelas e convivendo com o rei D. Afonso VI, ficou célebre a resposta que deu ao monarca que lhe teria chamado Eva: “Só Vossa Majestade me pode fazer a primeira mulher do mundo” (Id., *ibid.*, p. 376). A D. Lourenço de Almada que estava em pé na igreja de Odivelas e lhe tirava a vista, Feliciania de Milão disse: “Ah Senhor Dom Lourenço já que é de Almada passe para a outra banda”⁶ (Id., *ibid.*, p. 378). Entre os ditos de espírito que ficaram, mas já proferidos no contexto religioso, encontram-se muitos que refletem más relações com outras monjas, algumas respostas pícaras a propósito de padres e pregadores que participavam nas cerimónias da igreja e a cavalheiros que visitavam religiosas na grade, como se descreve neste episódio: “Era Dona Feliciania porteira, procurou um homem certa religiosa e perguntando-lhe como se chamava respondeu Lourenço Coelho Leitão e voltando-se Dona Feliciania para uma criada, disse: Chamai fulana que venha buscar estes três assados”⁷ (Id., *ibid.*, p. 377).

A consciência, porém, da situação do seu nascimento que, certamente, lhe terá causado alguns dissabores, ficou expressa nesta resposta: “Pedi um pobre a Dona Feliciania que lhe desse uma esmola pelo sagrado nascimento de Cristo. Como era bastarda lhe respondeu com

⁴ Vendedeira de frutas e legumes nos mercados de Lisboa; regateira, mulher que discute grosseiramente. Em sentido pejorativo: mulher de má vida (Cf. DICIONÁRIO. PRIBERAM.org).

⁵ De notar que é perceptível, na forma como o Desembargador responde, um sinal de menor consideração social por Feliciania de Milão, fruto certamente, da sua situação de bastarda ou enjeitada ainda que frequentasse, acompanhada por uma criada, funções sociais e religiosas como a que se descreve.

⁶ O trocadilho tem a ver com a localização da cidade de Almada, na “outra banda” ou do outro lado do rio Tejo, quase face a Lisboa.

⁷ O remoque dos “assados” visa os três nomes do indivíduo: o santo mártir de nome Lourenço que morreu pelo fogo; Coelho e Leitão, animais domésticos que podem ser consumidos assados.

graça e agudeza: Amigo pedi o que quiseses e não me faleis em nascimentos que me enfada muito ouvir falar deles” (Id., *ibid.*, p. 380).

Como dissemos antes, não foi só pelos ditos de espírito que frei João de S. Pedro incluiu Feliciano de Milão no *Theatro Heroico*. Menciona que vários apotegmas já corriam impressos, mas na apreciação geral dos escritos que Feliciano deixara, refere:

Foi uma das poetisas que floresceram naquele século com aplauso comum dos filhos da cabalina⁸. Escreveu um discurso muito dilatado e muito erudito sobre a Pedra Filosofal e correm pelas mãos dos curiosos muitas epístolas discretas e doudas que bem mereciam o benefício da estampa, para se conservar com a memória das suas discrições, os partos de seu fecundíssimo juízo (Id., *ibid.*, p. 375).

O testemunho, um pouco posterior, que dela dá Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana* (vol. II, p. 3) consta de uma brevíssima nota biográfica como monja de Odivelas, louvando a sua vida religiosa que considera exemplar. Não transcreve ditos, mas realça que essa facilidade que tinha de, repentinamente, emitir comentários jocosos ou sérios a propósito de acontecimentos ou em resposta a outros ditos, a tornaria lembrada para toda a eternidade. Destaca a obra sobre a Pedra Filosofal e a produção poética, reiterando o parecer de frei João de S. Pedro que acima transcrevemos, sobre a importância de editar tais escritos. Ainda que não acrescente elementos à biografia e à obra escrita, Barbosa Machado não deixou de a considerar digna de figurar na *Bibliotheca Lusitana*. Já Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) não a inscreveu no seu *Diccionario bibliográfico*, talvez por não haver obra publicada.

3 FELICIANA DE MILÃO E SEU CONTEXTO

É no século XVII que se consagra no ambiente claustral religioso um importante movimento de valorização da vida intelectual e artística feminina. O contributo das decisões do Concílio de Trento (1545-1563) e a reforma que se seguiu são, sem dúvida, o motor para o reconhecimento da importância das “esposas de Cristo”. O surgimento da figura ímpar que foi Santa Teresa de Ávila, reformadora da Ordem do Carmo e fundadora da Ordem dos

⁸ De acordo com a mitologia, a fonte cabalina ou de Hipocrene era onde os poetas iam beber a inspiração e teria sido criada com um golpe de pata de Pégaso (Cf. DICIONARIO.PRIBERAM.org).

Carmelitas Descalços, veio reforçar o papel das mulheres na vida religiosa valorizando, inegavelmente, o seu contributo para a cultura escrita. No entanto, os conventos e mosteiros femininos regiam-se por regras muito estritas no que respeitava à ocupação dos tempos no quotidiano, às regras de sociabilidade e ao condicionamento do acesso aos livros. Em consequência, a possibilidade de se expressarem pela escrita dependia, por um lado, das regras e estatutos das ordens religiosas e, por outro lado, da percepção de Superiores e Superiores, da oportunidade de revelar, pelos escritos, os “milagres” ocorridos no convento, as “vidas” exemplares de religiosas e as manifestações das suas devoções. De qualquer modo, a vida em clausura potenciava às mulheres o hábito da escrita onde o contacto com as leituras que lhes eram permitidas tinha, naturalmente, um valor acrescentado.

Como afirma Isabel Morujão (2011, p, 39):

Em casa, no ambiente familiar, as senhoras poderiam ler (sobretudo se o pai ou o marido o permitissem, como propõe Vives, no séc. XVI, na Instrucción de la mujer cristiana) e também escrever; no convento, ainda que condicionadas por orientadores espirituais e mestras de noviças, poderiam ler mais metodicamente, dependendo também a expansão desta atividade de escrita e de leitura, da especificidade de cada casa religiosa. Em casa, o que escreviam raramente chegou aos prelos, mas o que escreviam na clausura, esse lugar visto pela cidade como local de piedade e santidade, era objeto da curiosidade exterior e requisitado para honras de prelo.

O controlo exercido pelos religiosos, a estrita observância da “obediência” de que adiante falaremos com mais detalhe, condicionam a impressão das obras, algumas das quais vieram a ser reescritas no masculino. Porém, é certo também que no ambiente religioso as mulheres não só eram estimuladas a escrever (pelo menos em certas ordens) como ajudadas a publicar. Na síntese de Isabel Morujão (Ob. cit., p. 47):

Para o contexto português, é de salientar que são muitas vezes os homens quem tira as religiosas do seu silêncio, obrigando-as a tomar voz que de outra forma não tomariam. A sua relação com o espaço que habitavam tornou-se, pois, muitas vezes, determinante da sua atividade literária. Enquanto escritoras sob esse preceito de obediência, e com a consciência de que os conteúdos que expunham pela escrita poderiam ter divulgação alargada, as religiosas atuavam em função de uma determinação superior e não em sintonia com a sua vontade própria.

O registo hagiográfico, a reflexão mística ou ascética expressa em exercícios espirituais e a narrativa exemplar sob forma de conselhos e diretrizes, muitas vezes adotando uma forma dialogante para ser mais facilmente entendida e apreciada, são outros géneros que ocuparam as monjas escritoras, algumas das quais se exprimiram também através de novelas alegóricas. No entanto, a longo prazo, tendem a ser lembradas as que se dedicaram à poesia. Era bem aceite especialmente quando relacionada com o ideal de perfeição e busca da santidade próprios da vida religiosa. Esses escritos circulavam também pelo exterior e na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII alcançam uma produção expressiva, quer em cópias manuscritas quer sob forma impressa, muitas vezes até posterior à vida da sua autora. As narrativas autobiográficas são muito estimuladas ainda que raramente impressas constituindo parte de um *corpus* de leitura edificante que se complementava com outras obras de natureza espiritual.

Outro *corpus* de inegável valor são as cartas manuscritas (ou impressas) que constituem um importante espólio onde a religiosa expõe as suas dúvidas, receios, anseios de santidade e, no geral, os seus pensamentos. De notar que a prática epistolar nos conventos e mosteiros femininos (incentivada por confessores e diretores espirituais) demonstra, por um lado, a adesão a uma prática de sociabilidade muito em moda naquele período e, por outro lado, especialmente quando a troca de correspondência se fazia com membros da sociedade civil, uma forma de partilhar informação, conhecimentos e experiências.

Como afirma Maria do Céu de Sousa Ferreira (2012, p. 37): “No contexto da escrita conventual, a tradição das cartas após a publicação do epistolário de Santa Teresa, editado nas suas Obras Completas a partir do fim do século XVI, acentua-se, legitimando-se.” Assim se criavam redes sociais e culturais que interessavam também aos próprios conventos e mosteiros conferindo-lhes uma fama com repercussões a vários níveis: reconhecimento público, receção de novos membros da comunidade, esmolas e legados, em suma, um posicionamento invejável num mundo tão competitivo como era o das casas religiosas. No entanto, a troca epistolar estava sujeita a regras e a um controlo que se pretendia estrito, no ambiente monástico, o mesmo sucedendo para os encontros na grade, o que não se verificou em todas as instituições, pelo menos em determinados períodos, como é exemplo o caso de Feliciano Maria de Milão no mosteiro de Odivelas.

De entre as várias autoras que surgiram no contexto temporal e religioso que nos

ocupa, escolhemos, como exemplo comparativo com a nossa autora, outra religiosa Soror Maria do Céu (1658-1753) que desenvolveu vastíssima obra, muita da qual publicada ainda durante a sua longa vida⁹. Filha de família nobre, professou no convento da Esperança em Lisboa, da Ordem de Santa Clara, no ano de 1676. Tal como Feliciano de Milão foi duas vezes Abadessa, tendo sido também Porteira e Mestra de Noviças (cf. MACHADO, 1741, vol. III, p. 420). Não usou o seu nome nas obras que escreveu, preferindo o criptónimo Soror Marina Clemência, a que acrescentava «religiosa franciscana no Convento da Ilha de S. Miguel». As suas obras têm um inegável valor literário e demonstram a cultura escrita da autora. Entre obras hagiográficas e biografias devotas, novelas de edificação e peças de dramaturgia, os escritos de Soror Maria do Céu misturavam a prosa e o verso no melhor estilo barroco, usando o português e o castelhano e orientando-se para um público feminino, especialmente no ambiente religioso. No domínio da correspondência, que cultivou até ao fim da vida, Soror Maria do Céu mistura também textos poéticos.¹⁰

Qualquer semelhança entre a figura de Soror Maria do Céu e a de Dona Feliciano de Milão (que nunca teve nome religioso e nunca assinou como Soror ou Madre...) apesar de ambas terem desenvolvido a sua atividade intelectual no contexto religioso, termina nessa circunstância. A primeira, como referimos, aplicou o seu talento ao serviço da religião servindo-se das ferramentas que a abundante literatura barroca punha ao dispor de quem quisesse escrever. A segunda aproveitava dessa literatura o estilo, mas não o conteúdo, preferindo uma prática poética e um discurso epistolar que a colocam à margem do cânone que uma mulher, ainda mais religiosa, devia seguir. Serve de exemplo a sua correspondência e a poesia e prosa que escreveu. Não obstante, Maria do Céu e Feliciano de Milão terão, na realidade, partilhado o gosto pela leitura sem o qual não teriam adquirido os conhecimentos e

⁹ Referimos as seguintes: *A Fénix aparecida na vida, morte, sepultura e milagres da gloriosa S. Catarina, Rainha de Alexandria, Virgem e Mártir*, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1715. *A Preciosa: alegoria moral...*, Lisboa, Oficina da Música, 1731. *A Preciosa: obras de misericórdia em primorosos e místicos diálogos...*, Lisboa, Oficina da Música, 1733. *Obras várias e admiráveis da Muito Reverenda Madre Maria do Céu... dadas à estampa pelo Padre Francisco da Costa*, Lisboa, Oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1735. *Enganos do bosque, desenganos do rio...*, Lisboa, Oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1736. *Aves ilustradas em avisos às religiosas para servirem os ofícios dos seus mosteiros*. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1738. *Triunfo do rosário repartido em cinco autos...*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1740. Algumas destas obras foram reeditadas. Cf. HATHERLY, 1990 a propósito de Soror Maria do Céu e a sua obra *A Preciosa*

¹⁰ A sua correspondência com a Duquesa de Medinaceli está estudada por Maria do Céu de Sousa Ferreira (2012). Na transcrição das cartas verifica-se predominância do uso da poesia, ao gosto barroco, a propósito de datas festivas, ou a pedido da duquesa, sob forma de décimas, por exemplo, ou utilizando o estilo conhecido por “sortes”. Contribui para contextualizar a importância dos géneros epistolar e poético no ambiente religioso tão cultivado por Dona Feliciano de Milão.

erudição que demonstram. É evidente o contributo que só a natural formação de uma biblioteca própria e/ou a frequência da biblioteca da comunidade podem justificar.

4 LEITURAS NO AMBIENTE RELIGIOSO FEMININO: A POSSE DE LIVROS E AS MARCAS DE PROVENIÊNCIA

Viver e ler no ambiente monástico conventual feminino teve, desde as primeiras comunidades medievais, um entorno especial constituído por um conjunto de regras que se deviam observar e que diziam respeito à distribuição do tempo e das atividades das religiosas. José Adriano de Freitas Carvalho (1997, p. 23) refere, a propósito das recomendações de leitura no ambiente conventual feminino do século XVII, que devia haver pelo menos uma hora de leitura diária. A leitura em comunidade, com recurso à figura da *lectora* como mediadora entre o texto e as ouvintes, era uma prática muito antiga no ambiente de vida consagrada. Para além da função mediadora, a *lectora* podia “actuar como intérprete del texto leído, mucho más cuando entre éste y la obra se alzaba la barrera del analfabetismo o de cierta incompetência en el manejo de una determinada lengua [...] De ahí que las reglas monásticas no solamente contemplan la figura del lector sino que también se detengan en regular el modo en que debía efectuarse la lectura pública, atendendo, señaladamente al ritmo y a la entonación” (CASTILLO GÓMEZ, 2000, p. 120). A leitura mediada, feita em voz alta, pressupunha, para além de um conjunto de requisitos consignados em regras e constituições, que existissem livros nos espaços comuns, como o refeitório, o coro ou o claustro (Cf. CÁTEDRA, 1999).

Às religiosas permitia-se também a posse individual de livros ainda que regulada superiormente e sujeita a autorização prévia. O controlo era feito pela Mestra de Noviças, pela Superiora ou Abadessa da instituição que por sua vez, dependia (ou solicitava) o veredito do confessor ou diretor espiritual (Cf. SANTOS; MENDES, 2015). Houve, em todos os tempos, o cuidado de recomendar leituras modeladoras do comportamento e da matriz espiritual prevalecente na vida consagrada, com destaque para as narrativas biográficas exemplares e os livros de devoção e espiritualidade. José Adriano de Freitas Carvalho (Ob. cit., p. 16-17) refere que “de certo modo, dadas as condições de vida retirada que levavam [...] as leituras das religiosas dependiam de factores que vão desde as existências bibliográficas na casa até à

possibilidade – que pode ser oportunidade – de aquisição dos textos, passando pelo conselho do director ou pela obediência à mestra de noviças [...]”. Chama também a atenção para a existência de leituras recomendadas nos conventos de Franciscanas e Clarissas, baseando-se nas *Cartas espirituas*, de frei António das Chagas o qual “insiste na liberdade de escolha das leituras a fazer – o importante é que se leia – chegando mesmo a oferecer listas de leituras possíveis apropriadas às circunstâncias de vida e de progresso espiritual das destinatárias, sempre privilegiando as vidas de santos [...]. Convém, porém, notar que, apesar disso, teremos até aqui procurado sublinhar a importância do papel da “direcção da leitura” que, sem dúvida, coube a mestre de noviços..., confessores..., directores espirituais...”. (Ob. cit., p. 24).

A posse individual de livros no ambiente religioso feminino pressupõe também a existência de marcar a respetiva propriedade, como vamos desenvolver de seguida. De sua posse, a religiosa teria determinado livro “enquanto a Obediência o permitir” como se lê em diversas marcas de posse individuais inscritas nos livros (Cf. CAMPOS, 2015, p. 301-322). Esta expressão surge, aliás, também em marcas masculinas, porém com menos expressividade como tivemos oportunidade de verificar na pesquisa efetuada em milhares de marcas constantes dos livros antigos da Biblioteca Nacional de Portugal. Outra expressão que toma aspetos de “norma” é a que antecede o nome do proprietário ou proprietária da fórmula “Do uso de “, consagrando assim o livro de posse de religiosos e religiosas a uma função “útil”. O “uso” mais não é que uma prática de leitura para fruição ou lição e a sua ligação ao nome do “usuário” constitui um modelo de marca de proveniência que se repete, por vezes também combinada com o reconhecimento da temporalidade da posse, por estar sujeita à obediência. Transcrevemos alguns exemplos, todos com menção da cota das respetivas obras nos acervos da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)¹¹.

- 1 Do uso de Joanna Dorotea [com carimbo de extinção do mosteiro do Salvador, Braga] (BNP. R. 23866 P.)
- 2 Este livro he do uso de Soror Leonor da Cruz Escrava de Jesus e Maria (BNP. R. 23911 P.)

¹¹ Nalguns casos as obras têm também carimbos apostos aquando da extinção dos conventos em resultado da inventariação e recolha dos espólios bibliográficos. Damos a informação entre parênteses retos. Nas páginas seguintes dá-se explicação detalhada sobre o processo de extinção dos conventos e a recolha dos respetivos espólios bibliográficos.

- 3 Do uso de Sor Maria Francisca da Natividade e em q.to a obediência lho permitir (BNP. R. 24512 P.)
- 4 Este livro he de soror Joana de sto Ant.º en q.to a obediencia o permitir (BNP. RES. 2886 V.)
- 5 Este livro concedeo a Sta Obediencia à Ir.ª M.ª de São Jozé [com carimbo do Arquivo das Congregações] (BNP. R. 29645 P.)
- 6 Do uso de Soror Paulla de Jesus M.ª p.ª a Comunid.e de Sta Apolonia (BNP. R. 29650 P.)
- 7 Este livro he de Joanna Angelica e Rita de Jezus Maria [com carimbo do Arquivo das Congregações] (BNP. R. 28453 P.)
- 8 Este livro he de Soror M.ª das Chagas de Jesus e por sua morte he de M.ª Franc.ca de Jesus M.ª Agora he de Soror Maria dos Prazeres (BNP. R. 28821 P.).

Entre as expressões que já havíamos referido como prática corrente ou “norma” de redação da marca de posse de inscrição manuscrita no livro, realçamos os exemplos 6, 7 e 8 que nos informam sobre outros aspetos relevantes para uma história da leitura feminina na clausura: no primeiro, uma posse que é individual e da comunidade, no segundo, a posse conjunta de um mesmo livro e no terceiro, a “passagem de mãos” dentro do ambiente religioso, por morte da(s) proprietária(s).

Do que hoje se conhece relativamente à constituição das bibliotecas de religiosas em Portugal, podemos afirmar que são, regra geral, pequenas coleções de obras onde avultam as de caráter religioso, como seria expetável, sendo vulgar encontrarem-se as mesmas obras em bibliotecas individuais e de comunidade de distintas casas e de distintas ordens (Cf. MORUJÃO, 2002). Recordemos, a propósito, as palavras de frei António das Chagas numa das suas *Cartas espirituas*, quando dá a seguinte recomendação a uma freira: “Leya poucos livros que os muitos confundem; se pegue a hum, e especialmente o escolha, seja qual for; e que ouvindo as virtudes e vidas dos Santos as imite quanto puder” (CHAGAS *apud* CARVALHO, 1997, p. 22). Repare-se que não é só a limitação dos textos a ler que aqui se relaciona com uma atitude perante a leitura aparentemente mais típica do ambiente religioso feminino. Avulta, igualmente, a importância do “ouvir ler” ou seja, da leitura que se fazia em voz alta e que era destinada a um grupo, situação que já antes tínhamos referido.

Uma reflexão final sobre o destino destas bibliotecas por vezes constituídas com menos de cinco livros. Em Portugal, as ordens e congregações religiosas foram extintas por Decreto de 28 de maio de 1834, de acordo com as políticas da monarquia constitucional e na sequência da derrota do Absolutismo. As instituições religiosas masculinas e femininas foram encerradas, as primeiras com efeito imediato, enquanto às segundas foi permitido que continuassem até à morte da última religiosa e sem autorização de aceitar novas entradas. Os bens das casas masculinas transitaram para os próprios da Fazenda Pública neles se incluindo o conteúdo das bibliotecas que terá representado um total entre os 300000 e os 500000 livros. Para assegurar o armazenamento dos acervos enviados dos vários conventos, após inventariação sumária, foi criado o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, entidade a quem competia a gestão dos fundos e a sua distribuição por instituições que, devidamente autorizadas, o viessem solicitar (Cf. BARATA, 2003). Tal como sucedeu noutros países que tiveram políticas semelhantes, verificaram-se extravios e roubos nas remessas e constatou-se o estado de degradação de muitas dessas bibliotecas especialmente aquelas em que já era escassa a comunidade ou que tinham sido delapidadas no decurso das invasões francesas, das guerras peninsulares e de acidentes naturais, como os vulgares incêndios.

No caso das instituições femininas a situação foi diferente pois o processo estendeu-se no tempo, o número de bibliotecas era menor e os seus conteúdos também. Como refere Paulo J.S. Barata (2011, p. 126):

O processo de inventariação e arrecadação das livrarias e dos cartórios das mais de centena e meia de mosteiros e de conventos femininos existentes em Portugal ocorreu entre 1887 e 1908, com maior incidência entre os anos de 1887 e 1897, e foi coordenado pela Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos, instituição criada em 1887 e que surge como consequência de uma reorganização global das bibliotecas e arquivos em Portugal, decidida nesse mesmo ano pelo Governo.

Um aspeto positivo do processo de inventariação e armazenamento encontra-se na aposição de um carimbo nos livros, identificando a sua proveniência, umas vezes individualizando o convento ou mosteiro, noutras criando-se um carimbo que identificava a proveniência pelo local, por nele se terem recolhido várias bibliotecas num inventário único e, presumivelmente por serem poucos os livros de cada uma. A biblioteca do mosteiro de Odivelas, onde Feliciano de Milão professou, foi devidamente identificada na sua singularidade (o carimbo diz “Odivellas”) e, assim, podem reconhecer-se os livros dessa

proveniência pois neles não constava, ao que pudemos ver nos exemplares que encontramos, nenhuma inscrição manuscrita, carimbo ou ex-libris a marcar os livros.

Mostrámos, atrás, exemplos de marcas de proveniência que revelam a mudança de posse por morte de uma religiosa, situação vulgar também nos estabelecimentos religiosos masculinos. Os livros no ambiente conventual circulavam muito e entre doações, empréstimos não retornados e os naturais e inevitáveis efeitos da grande longevidade das instituições, sujeitas a acidentes naturais e não só, é muito difícil se não mesmo impossível, ter à nossa disposição um acervo intacto, tanto mais que as arrecadações feitas após 1834 visavam a distribuição de exemplares por instituições ou pessoas individuais que a eles tivessem legalmente direito ou, para tal, se habilitassem.

Assim sucedeu com o mosteiro de Odivelas¹². Fundado em 1294 e com a primeira pedra lançada em 1295 sob o patrocínio do rei D. Dinis (1261-1325) localizava-se em Odivelas numa quinta que pertencia ao monarca, no termo de Lisboa. A sua construção decorreu entre 1303 e 1305, tendo sido consagrado a S. Dinis e S. Bernardo. Para além dos muitos bens que lhe concedeu, o monarca elegeu o mosteiro para sua última morada, estando sepultado na igreja. Dotou-o de importantes privilégios colocando-o ao nível do mosteiro de Alcobaça. Foi protegido pelos reis ao longo de séculos e também por rainhas como D. Filipa de Lencastre, mulher de D. João I e D. Catarina de Habsburgo, mulher de D. João III. De notar que a situação, em local pouco habitado e sem instituição masculina que pudesse dar o apoio espiritual necessário ao mosteiro, motivou a criação de um hospício perto, designado Hospício do Reguengo, em 1318, para assegurar essas funções. Ao longo da sua história, o mosteiro foi conhecendo obras de beneficiação e ampliação e aumentando o seu património. Podia comportar uma comunidade de 300 religiosas, a que havia de acrescentar um conjunto vasto de pessoas que prestavam serviços às monjas e mantinham a propriedade e os seus bens. Foi escolhido por famílias nobres para nele colocarem as suas filhas. Teve a sua extinção em 1886 por morte da última religiosa, tendo os bens sido arrolados e incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional (Cf. TOMÉ, 2001).

Apesar de terem sido arrolados 485 livros ao tempo da extinção do mosteiro de Odivelas, como referimos em nota, são poucos os livros desta proveniência que, até ao

¹² Existe o inventário manuscrito feito ao tempo de extinção do mosteiro, na Biblioteca Nacional de Portugal: “Inventario dos livros encontrados no suprimido Convento de São Dyonisio de Odivellas, 23 Maio 1887, Cópia de 9 Jul. 1888”, in *Relações de livros e manuscritos recolhidos na Inspeção -Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, Lisboa, 1887 -1897, BN/AC/INC/ DLEC/33/Cx09 -01. Foram arrolados 485 livros sendo esta uma das maiores bibliotecas inventariadas.*

momento, conseguimos localizar na Biblioteca Nacional de Portugal. Mostram, porém, o perfil que antes traçamos de uma coleção que tinha, nos impressos, as obras “úteis” para o contexto religioso feminino, incluindo textos litúrgicos próprios da Ordem de Cister, e, nos manuscritos, um conjunto de Livros de Coro do século XVI¹³.

5 FELICIANA MARIA DE MILÃO: A ESCRITORA, A LEITORA

Como dissemos antes, Feliciano de Milão tornou-se conhecida pelos seus ditos e pelos seus escritos, principalmente na correspondência que manteve com várias personalidades umas mais reconhecíveis outras escondidas por detrás de *personae*. Do espólio epistolográfico que Sena-Lino (2012) nos dá a conhecer recolhemos alguns testemunhos que ilustram a instrução e erudição de Feliciano e confirmam o seu lema de vida que transmitiu na sua marca de posse.

Uma das cartas mais famosas é a Carta da Deposição. Escrita em 1768, após o processo em que o rei D. Afonso VI foi deposto e substituído pelo infante D. Pedro, seu irmão que assumiu a regência do reino. Anteriormente já tínhamos referido a possível relação entre o rei e D. Feliciano e as visitas que o monarca repetidamente fazia ao mosteiro de Odivelas. A Carta que, então, escreveu, circulou em diversas cópias transpondo a sua (suposta) condição de documento privado de um remetente para um destinatário para uma esfera social muito mais vasta. Não é caso isolado e correspondia a uma forma de sociabilidade própria da época, sobretudo quando remetente e/ou destinatário eram conhecidos e pertenciam às elites políticas, religiosas e literárias da época. Para além do indiscutível mérito literário da Carta de Deposição, este sucesso originado pelas cópias feitas, circulação e receção na sociedade, deve-se ao facto de Feliciano, em princípio, parecer opor-se à deposição e à mudança do poder para o infante D. Pedro que ela também conhecia por acompanhar o rei nas suas visitas ao mosteiro. A força do texto e os argumentos aduzidos podiam tornar-se, assim, uma arma, uma forma de mostrar publicamente a “verdade”, ou seja, era útil para o partido daqueles que não apoiavam o “golpe”. Porém, na opinião de Pedro Sena-Lino (2012, p. 70) Feliciano pretendeu assumir-se “como narradora neutral da deposição do Rei, citada por ambos os campos, e fazendo questão de afirmar:

¹³ Em Apêndice incluímos a lista das obras até agora localizadas na Biblioteca Nacional de Portugal com o carimbo “Odivellas”.

«Estou pelo concerto» pela harmonia [...]. Não será por isso de descartar a teoria – em voga à época- de que Feliciano se utilizou do seu caso amoroso com D. Afonso VI [...] como mero *elevador social*, como sói dizer-se hoje; mas de facto a Abadessa de Odivelas conseguiu a partir dele instituir um público para a sua obra, uma rede de leitura da sua correspondência que se revelou como estratégia para o seu engenho”.

Quanto às relações com o monarca, platónicas ou não, é impossível entendê-las na complexa narrativa que as cartas de Feliciano apresentam, entre uma abundância da estilística metafórica barroca. No breve processo de deposição deu-se como provada a sua incapacidade para governar e, na sequência do requerimento da rainha D. Maria Francisca de Sabóia, foi anulado o casamento perante a alegada incapacidade do monarca para o consumar. Não cabe aqui tecer considerações sobre a justiça do processo e os objetivos de quem o promoveu¹⁴. Interessa-nos apenas o apego e a importância que Feliciano revela por essa relação com o rei (o tal elevador social que, no fundo, a “legitimava”) e a forma como o descreve. Transcrevemos de uma carta escrita aquando da entrada em cena de uma rival, D. Ana de Moura, quando o rei ainda frequentava o mosteiro, esta frase, em linha com a divisa que escolheu para sua marca de posse:

“E posto que acho pouca, e fraca cousa o meu discurso para encher e atar os distantíssimos termos deste Nada e esse Tudo, tais brios me infundiram as suas ordens, que desprezando o risco, Nada temo, aspiro a Tudo” (*apud* SENA-LINO, 2012, p. 39).

Passando agora para a Carta “Respostas Amorosas” é perceptível que estamos perante um discurso onde a inclusão de textos poéticos alcança uma posição cimeira permitindo, assim, compreender e intuir as leituras e opções estilísticas de Feliciano. Entre versos, anedotas e diálogos a escrita enquadra-se na narrativa galante, com forte influência das correntes literárias espanholas pressupondo um perfeito domínio do idioma, o que não é de estranhar porquanto, à época, o castelhano era a língua culta. Sena-Lino adverte-nos também sobre a influência da temática libertina francesa e italiana patente no uso de “intertextos e alusões” que Feliciano podia utilizar a partir de reportórios de citações tão em voga na época, sem necessidade de consultar verdadeiramente as obras citadas, certamente difíceis de obter no ambiente religioso. Diz aquele autor (2012, p. 186-187):

¹⁴ De entre a bibliografia mais recente sobre o assunto, destacamos: XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. *D. Afonso VI*. 1ª ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

A citação de autores masculinos não é apenas uma forma de demonstrar conhecimento da cultura escrita, e igualdade na capacidade de comentar textos; mas, numa primeira aparência, uma constatação de superioridade masculina, pois é a partir do discurso masculino que escreve; essa estratégia – contrária à utilizada pelo repertório feminino – permeabiliza a entrada deste texto em círculos masculinos, facilita (ou diminui a importância das) condições de uma franquia de *auctoritas* ou da existência de um *self* socio-literário; simultaneamente, facilita a exibição do saber por uma mulher. A sua natureza de carta de sabedoria sobre o amor e divertimento assegura a transposição de numerosos obstáculos censórios, que se iniciam no copista que produz uma cópia.

Não obstante o recurso a coletâneas de citações há ainda a considerar a leitura de algumas obras que circularam ou foram editadas em Portugal. A grande influência da produção literária espanhola do chamado Siglo de Oro, começa por Luís de Góngora (1561-1627) poeta e dramaturgo espanhol cujo estilo dá origem ao “culteranismo” ou gongorismo, caracterizado pelo uso abundante de hipérbolos, trocadilhos e jogos de palavras. Moldou, entre outras, a obra de Juan de Tassis, conde de Villamediana (1582-1622) e de Soror Juana Ines de la Cruz (1651-1695), cujas influências Pedro Sena-Lino põe em evidência nos escritos de Feliciano de Milão¹⁵. De notar que as obras de Góngora foram publicadas em Lisboa, no ano de 1646, em espanhol e já depois de terminada a monarquia dual.

O estilo de Feliciano mostra também influência dos preceitos de galanteria cortesã, ilustrados em livros da especialidade¹⁶ e presentes nas edições de “certames” literários e em múltiplas obras poéticas de carácter festivo. Essas demonstrações de um “ócio” próprio da nobreza também se refletiam nos “outeiros” ou recitais em que poetas e músicos se reuniam junto aos conventos para apresentar os seus versos às religiosas que, por sua vez, lhes podiam retorquir com outros versos ou dar-lhes um mote para que improvisassem. Foram atividades em que Feliciano de Milão se distinguiu.

Em bibliotecas de religiosas do mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, em Tavira, da Ordem de Cister como o mosteiro de S. Dinis de Odivelas, tivemos oportunidade de

¹⁵ A Biblioteca Nacional de Portugal tem uma coletânea manuscrita de poemas de Soror Juana Ines, de Feliciano de Milão e de outros autores, a qual pertenceu ao primeiro diretor da Real Biblioteca Pública da Corte, antecessora da Biblioteca Nacional, o Dr. António Ribeiro dos Santos (1745-1818). O COD. 3229 é um copiador, demonstrativo do que atrás referimos sobre a circulação de cópias manuscritas de cartas e poemas.

¹⁶ Damos como exemplo: PORTUGAL, Francisco de, 1585-1632. *Arte de galanteria [...] Oferecida a las damas de Palácio por D. Lucas de Portugal [...]*. En Lisboa: en la imprenta de Juan de la Costa, 1670. Cf. a edição anotada de José Adriano de Freitas Carvalho (Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2012) onde se contextualiza a importância deste tipo de obras.

reconhecer, nos respectivos catálogos, preparados em 1769¹⁷, a existência de obras adequadas àquelas práticas como o “Ramillete de sainetes” (1672) e ainda um número impressionante de entremeses, destacando-se na produção dramaturgicamente, comédias várias de Calderón de la Barca (1600-1681). A profusa obra deste autor representa o triunfo do modelo teatral do barroco espanhol e a sua presença naquele mosteiro feminino, em mais do que uma biblioteca individual, demonstra o gosto e a prática de representações teatrais nos estabelecimentos regulares e a permissão de possuir um tipo de obras que, não estando interditas ou censuradas, de certo modo se afastavam do cânone de leituras previsto para os conventos e mosteiros femininos. Esta atitude confirma um certo laxismo que em certos conventos se manifestava, comprovado, por exemplo, nas “*Constituições Municipaes do Real Mosteiro de S. Maria de Semide*”, da Ordem de S. Bento, escritas na viragem do século XVIII. Determina-se no Capítulo 12.º que transcrevemos com grafia atualizada:

Os livros por onde se há de ter esta Lição espiritual devem ser escolhidos, piedosos e devotos; nem as Religiosas devem jamais ter conhecimento ou lição de outros. Pelo que se proíbe com todo o rigor, e se manda expressamente aos Prelados, que não consintam de modo algum no Mosteiro livro de comédias ou outro que expressa ou disparadamente falem de vaidades ou coisas ociosas, e pessoas do século. A Abadessa que consentir seja repreendida ou castigada pelo Prelado. A religiosa, porém, em cuja mão ou poder se achar, dirá a culpa no Refeitório levando o livro ao pescoço, onde será queimado em plena Comunidade (*apud* GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. 403-404)

Não obstante, as poucas obras que identificámos como provenientes da biblioteca do mosteiro de Odivelas nada mais revelam que textos devocionais ou de literatura espiritual (Cf. Apêndice). Entre eles encontra-se até uma obra que foi mandada editar por Feliciano de Milão quando era Priora, o que mostra dela uma outra faceta. Trata-se dos *Officia Ordinis Cisterciensis, antes ordenado pelo Reverendo Padre Frey Antonio da Castanheira... a devotas petições da muito religiosa Senhora Catherina Teixeira. E agora de novo impresso por mandado da senhora D. Feliciano Maria de Millaõ Priora do dito Mosteiro...* Lisboa: na Officina de Domingos Carneyro, 1691. Conhece-se também uma obra que lhe foi dedicada: *Memoria Sepulcral. Epitáfio Saudoso. Esculpido pelo sentimento sobre a sepultura da sempre Augusta e Serenissima Senhora D. Maria Sofia Isabel de Neuburg. Rainha de Portugal [...] pello Beneficiado Francisco Leitão Ferreira: dedicada a S.a D. Feliciano*

¹⁷ CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. Livros das religiosas de São Bernardo do Real Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Cidade de Tavira: leituras setecentistas. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional “Um Reino de Mulheres”, Évora, 22-24 de abril 2019. [Aguarda publicação].

Maria de Milam, religiosa no Real Mosteiro de S. Dinis de Odivellas. Em Lisboa: na Officina dos Herdeiros de Domingos Carneiro, 1699.

Vemos, pois, Feliciano de Milão assumir as responsabilidades próprias do seu cargo no mosteiro e, após ter deixado essas funções, continuar a manter uma posição importante naquele estabelecimento, por uma ligação à casa real, desta feita já na pessoa do rei D. Pedro II, de tal forma que suscitou que se lhe dedicasse uma oração fúnebre (entre muitas que então se compuseram) à morte da segunda esposa do rei. A fama da religiosa, então já nos últimos anos da sua vida, não se apagara e a importância que socialmente ainda se lhe conferia, mostra-se nesta escolha para “patrona” daquela obra.

6 OS LIVROS, A MARCA DE POSSE E A DIVISA

Passando agora à posse de livros que atrás se procurou entrever apenas tendo em conta as influências que se notam nos seus escritos, a verdade é que não é possível conhecer-lhe a biblioteca que certamente teve, mas podemos referir três obras que lhe pertenceram, todas italianas o que alarga as capacidades de leitura de Feliciano ao domínio de uma língua que não era vulgar nas leituras portuguesas do século XVII. São, aliás, obras escritas por autores também quase desconhecidos nos fundos antigos de bibliotecas portuguesas. Pertencem às coleções da Biblioteca Nacional de Portugal onde podem existir outras que, no entanto, no decurso do levantamento de marcas de proveniência que fizemos entre 2007 e 2013, não localizámos. Identificam-se pela inscrição manuscrita, na folha de rosto: “D. Feliciano M.a de Milão” e completam-se com uma divisa que em tudo retrata esta mulher que até na inscrição na pedra tumular jogava com os opostos tudo ou nada¹⁸. Escolheu “La fortuna o la mejor o ninguna” que Pedro Calderon de la Barca (1600-1681) usa na comédia “Hado y divisa de Leonido y Marfisa”, última comédia palatina deste autor, representada em 1680¹⁹ e editada na “Verdadera quinta parte de comedias de don Pedro Calderon de la Barca...” (En Madrid: por Francisco Sanz, 1682, p. 1-66). Recordemos que as comédias do “Senhor Calderão de la

¹⁸ “Pedra, que um tesouro guardas/Na Singular Feliciano/Dize ao mundo que se engana/Que quem tudo foi é nada” (*apud* SENA-LINO, *ob. cit.*, p. 35). De notar que Frei João de S. Pedro e depois Diogo Barbosa Machado, nas obras citadas, tinham indicado que, a pedido de Feliciano, a pedra tumular apenas contivesse a inscrição “Aqui jaz a pecadora”.

¹⁹ V. a propósito ANTONUCCI, Fausta. «*Hado y divisa de Leonido y Marfisa: obra última y compendio de la dramaturgia palatina de Calderón*», *e-Spania*, jun. 2014 Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/23577>

Barca”, como encontramos referido em alguns catálogos das monjas de Tavira, era popular entre estas religiosas cistercienses.

A divisa é tardia, sendo de presumir que Feliciano teve acesso à edição das comédias onde esta figura e/ou a uma cópia manuscrita que lhe tenha chegado à mão. Já as obras onde está assinalada são de anos anteriores e, pelas suas características, podem configurar uma oferta, um legado ou, com menos probabilidade, uma ou mais aquisições. Em princípio pode assumir-se que, quando as teve de sua propriedade já teria sido depois de 1682, uma vez que, entre a forma de escrever o seu nome e também a divisa, não é aparente o uso de aparato gráfico diferenciado. Note-se ainda que nenhuma das obras tem marca de outro possuidor nem tão pouco o carimbo de Odivelas. Se, no primeiro caso, temos a percepção de que, eventualmente, os livros pertenceram em primeira mão a Feliciano, no segundo caso é óbvio que não se encontravam na biblioteca do mosteiro aquando da extinção, ainda que fosse esse o destino comum dos espólios bibliográficos das religiosas falecidas. Não sabemos, por conseguinte, o percurso que tiveram até chegar à Biblioteca Nacional de Portugal. As obras localizadas (com as respetivas cotas) são as seguintes:

- De Gabriello Chiabrera, 1552-1638, *Delle poesie [...] per lui medesimo ordinata e donata all'Illustrissimo Signore [...] Iacopo Doria*. In Genova: per Giuseppe Pavoni, 1605 (BNP. L. 3920 P.) e os *Poeme eroici postumi [...] al Serenissimo Francesco d'Este Duca di Modena*. In Genova: per Benedetto Guasco, 1653. Contém: Il foresto poema e Il Ruggiero poema (BNP. L. 3985 P.). Este autor nasceu em Savona, perto de Génova, mas fez os seus estudos em Roma, no colégio dos Jesuítas. Grande admirador da cultura clássica a sua obra poética colheu inspiração em Píndaro, Anacreonte e também em Virgílio. Desenvolveu nos seus versos de natureza épica, pastoral, satírica, trágica e lírica heróica e amorosa, mas também nas canções e dramas que escreveu, uma estrutura pomposa e complexa com um sistema inovador de rimas que lhe granjeou sucesso. A sua profusa obra conheceu muitas edições até no século XIX e não apenas em Itália²⁰.

²⁰ Cf. MARRONE, Gaetana. “Gabriello Chiabrera” In: *Encyclopedia of Italian literary studies* New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2006, p. 458.

- De Giacinto Andrea Cicognini, 1606-1651, *Giasone: dramma musicale [...] Con le nuove canzonette aggiuntevi nella seconda impressione*. In Venetia: per Giacomo Batti, Libraro in Frezzaria, 1654. (BNP. L. 5269//2 P.)²¹ Cicognini nasceu em Florença, filho de Jacopo Cicognini, poeta e dramaturgo. Formou-se na Universidade de Pisa, mas foi em Veneza que se distinguiu na dramaturgia e, sobretudo, como libretista, trabalhando para os diversos teatros e casa de ópera da cidade. Foi uma das mais importantes figuras do seu tempo e os seus libretos foram musicados por compositores afamados como Francesco Cavalli e Antonio Cesti. Considerado o promotor do teatro italiano de inspiração espanhola, um dos seus libretos mais famosos é, precisamente, “Giasone”, o qual, com música de Cavalli foi levado à cena em 1649. Os libretos com e sem a partitura musical conheceram muitas edições e foram também publicados em coletânea.²²

6 CONCLUSÃO

Figura invulgar e misteriosa, com origens desconhecidas e um percurso onde pouco se sabe sobre os seus primeiros trinta anos de existência, D. Feliciano Maria de Milão, no seu estado de religiosa do mosteiro de Odivelas, revela-nos a par de uma vida galante, uma cultura escrita que acompanha a produção barroca do Siglo de Oro, no circuito manuscrito da sua epistolografia, onde avulta a sua cuidada veia poética. Procurámos enquadrar a sua obra no contexto em que foi desenvolvida, ou seja, enquanto autora, mulher no Portugal da segunda metade de Seiscentos, no ambiente religioso e também cortesão. Nesse contexto, aplicam-se-lhe bem as palavras de Ana Hatherly quando escreve acerca das escritoras religiosas (2016, p. 279-280):

Libertas da autoridade masculina sobre o seu corpo, essas mulheres criadoras puderam entregar-se à expressão da sua sensibilidade, acabando por criar uma autonomia que lhes conferiu um lugar único na sociedade do seu tempo e na história da cultura de todos os tempos. O modo como tomaram a palavra nos seus escritos,

²¹ Esta obra faz parte de uma miscelânea, sendo nela a segunda e última obra. Tem marca de proveniência de Feliciano de Milão. A primeira é uma coletânea de peças de Pietro Metastasio, célebre pelos seus libretos, sem marca e que nunca poderia ter pertencido a Feliciano pois Metastasio nasceu em 1698, tendo falecido em 1782. A encadernação conjunta destas obras foi feita posteriormente à morte de Feliciano e/ou à dispersão dos seus livros (venda, oferta?).

²²Cf. “Giacinto Andrea Cicognini”. In: *Oxford Reference*.
<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803095612464>

mesmo que o não tivessem pretendido, individualizou-as, libertando-as das limitações impostas ao seu sexo. Ultrapassando a sua própria condição tomaram--se figuras exemplares a vários títulos, num tempo em que à mulher portuguesa era largamente contestado o direito à afirmação pessoal.

Leitora de muitas leituras, até os poucos livros que dela conhecemos são reveladores de um domínio de línguas estrangeiras que ultrapassava o vulgar castelhano. Não lhe bastou ter conhecimentos e uma cultura invulgares quis também demonstrá-lo. Quanto ao famoso tratado sobre a Pedra Filosofal que referem os autores setecentistas Frei João de S. Pedro e Diogo Barbosa Machado, não se lhe conhece o rasto. Perdido, censurado, destruído... não se logrou encontrá-lo. A marca de posse fica como retrato de Feliciano ou não fosse sempre a marca nos livros para além de um sinal de pertença também (ou sobretudo...) um reflexo do pensamento do seu proprietário. A divisa de vida, que quis juntar ao seu nome apostro nos livros, mostra que entre o ser tudo e não ser nada, a sorte que desejava era sempre ou a melhor... ou nenhuma.

REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Vanda. *Cartas de Lília e Tirse*. Lisboa: Colibri, 2007.

ANASTÁCIO, Vanda (org.). *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*. Lisboa: Colibri: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2004.

ANTONUCCI, Fausta. «Hado y divisa de Leonido y Marfisa: obra última y compendio de la dramaturgia palatina de Calderón». *e-Spania* (Jun. 2014). Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/23577>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BARATA, Paulo J. S. “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção”. *Lusitânia Sacra*, vol. 24 (Jul.-Dez. 2011), p. 125-152.

BARATA, Paulo J. S. *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

BELLINI, Lígia. “Espiritualidade, autoridade e vida conventual feminina em Portugal no Antigo Regime”. In: COMUNICAÇÃO AO SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO O GÊNERO, 7., Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2006, p. 1-8. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/ST_24_B.html. Acesso em: 10 abr. 2021.

BOUZA ALVAREZ, Fernando, «Cultura escrita e história do Livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII». *Leituras*: revista da Biblioteca Nacional, nº 9-10 (Outono 2001-Primavera 2002), p. 63-95.

BRANCO, Manuel Bernardes. *As minhas queridas freirinhas d'Odivellas*. Lisboa: Typ. Castro & Irmão, 1886.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. “Livros das religiosas de São Bernardo do Real Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade da Cidade de Tavira: leituras setecentistas”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL “UM REINO DE MULHERES”, 2019. *Anais ... Évora*, 22-24 de abril 2019. [Em publicação].

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. “Ó livro se te perderes”: práticas de circulação, posse e uso dos livros em bibliotecas religiosas. In: SANTOS, Ilda Mendes dos; ALMEIDA, Isabel (org.). *República das Letras: Bibliotecas viajantes*. Paris: Sorbonne Nouvelle-CREPAL Centre de Recherches sur les Pays Lusophones; Lisboa: Faculdade de Letras- Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2020, p. 269-286.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (Séc. XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2015.

CARNEIRO, María Isabel Barbeito. *Mujeres y Literatura del Siglo de Oro: espacios profanos y espacios conventuales*. Madrid: Ediciones del Orto, 2007.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. “Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática da leitura entre Franciscanas e Clarissas em Portugal no séc. XVII”. *Via Spiritus*, vol. 4 (1997), p. 7-56.

CASTILLO GOMEZ, António. “Leer en comunidad: libro y espiritualidad en la España del barroco”. *Via Spiritus*, vol. 7 (2000), p. 99-122.

CÁTEDRA, Pedro M. “Lectura feminina en el claustro (España, siglos XIV-XVI)”. In: COURCELLES, Dominique de; JULIAN, Carmen Val (Ed.). *Des femmes et des livres, France et Espagnes, XIVE-XVVe siècle: actes de la journée d'étude organisée par l'École normale supérieure de Fontenay/Saint Cloud (Paris 30 avril 1998)*. Paris: École des Chartes, 1999, p. 7-53.

CÁTEDRA, Pedro M; REDONDO, A; LÓPEZ-VIDRIERO, Maria Luísa, dir. *El escrito en el Siglo de Oro: practicas y representaciones*. Salamanca: Universidad de Salamanca; Madrid: Sociedad Española de Historia del Libro, 1999.

FERREIRA, Maria do Céu de Sousa. “Desde el Parnaso os escribo”: *Cartas de uma monja escritora: edição e análise da correspondência manuscrita de Soror Maria do Céu à Duquesa de Medinaceli*. Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes – Ramo de Estudos Românicos e Clássicos, apresentada à Fac.de Letras da Univ.do Porto. Porto: [s.n.], 2012. Disponível em: <https://repositorio->

aberto.up.pt/bitstream/10216/63960/2/TeseDesdeelParnasoosescrivo000167900.pdf. Acesso: 8 abr. 2021.

“Giacinto Andrea Cicognini”. In: *Oxford Reference*. Disponível em: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803095612464>. Acesso: 15 abr. 2021.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Clavis Bibliothecarum: Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

HATHERLY, Ana. *A Preciosa de Soror Maria do Céu: edição actualizada do Códice 3773 da Biblioteca Nacional precedida de um estudo histórico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

HATHERLY, Ana. “Tomar a palavra: aspectos de vida da mulher na sociedade barroca”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº9 (1996), p. 269-280.

LINO, Pedro Sena. *Estratégias por correspondência: uma leitura da obra de Feliciano de Milão*. Tese de Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura de Expressão Portuguesa apresentada à Fac.de Letras da Univ. de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2012. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8010/1/ulsd064968_td_tese.pdf Acesso: 2 abr. 2021.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica e Chronologica...* Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca [et al.], 1741-1759. 4 vol.

MARRONE, Gaetana. “Gabriello Chiabrera”. In: *Encyclopedia of Italian literary studies* New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2006, p. 458.

MORUJÃO, Isabel. “Livros e leituras na clausura feminina de Setecentos”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Línguas e Literatura*, S.2, vol. 19 (2002), p. 111-170.

MORUJÃO, Isabel. *Por trás da grade: poesia conventual feminina em Portugal (sécs. XVII – XVIII)*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2013.

PORTUGAL, Francisco de. *Arte de galanteria [...] Oferecida a las damas de Palácio por D. Lucas de Portugal [...]*. Edição anotada de José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2012.

SANTOS, Zulmira C.; MENDES, Paula Almeida. “Apontamentos para a direcção espiritual na Época Moderna em Portugal (séculos XVI-XVIII)”, *Via Spiritus*, nº 22 (2015), p. 57-66.

SÃO PEDRO, João de. *Theatro heroico: abcedario histórico e catalogo das mulheres ilustres em armas, letras, acçoens heroicas e artes liberaes*. Lisboa: na Officina da Musica, 1736-1740. 2 vol.

TOMÉ, Manuela Maria Justino. *Odivelas: um mosteiro cisterciense*. Odivelas: Comissão Instaladora do Município, 2001.

XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

APÊNDICE

Lista de obras com proveniência do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, localizadas na Biblioteca Nacional de Portugal

Manuscritos

[Antifonário do comum dos santos] [Música manuscrita]. No f. [110]: «Este livro mandou fazer a muyto Magnifica Senhora a Senhora Dona Violante Cabral Abadessa deste Moesteiro d'Odivellas. Acabousse a xij de ffebreiro de M e bc. xxxvbj Annos / Medina». Cantochão. 1536. Capitais iluminadas. BNP. LC 242.

[Antifonário santoral] [Música manuscrita]. [entre 1501 e 1525]. Capitais iluminadas. BNP. LC 159; LC 160 e LC 161.

[Antifonário temporal] [Música manuscrita] [hinário temporal]. No Explicit (f.165 v): «Este liuro mandou fazer a muito virtuosa Senhora dona Violante Cabral Abadessa deste mosteiro de Odivellas ho qual se acabou no mes de Outubro Era de mil quinhentos e xxv. Anno nono meses nove (sic), dias xv» Cantochão. 1525. Capitais iluminadas. BNP. LC 240.

[Antifonário temporal] [Música manuscrita]. Cantochão [entre 1526 e 1550]. Tem semelhanças com o LC 240. Capitais iluminadas. BNP. LC 241.

Impressos

BÍBLIA. AT. Salmos - *Psalterium Davidis, cum canticis sacris & selectis aliquot orationibus... Antuerpiae* : ex Officina Plantiniana Balthasaris Moreti, 1683. Tem o carimbo Odivellas e marca manuscrita na contracapa: “Ignez Margarida do Nascimento”. BNP. R. 24005 P.

BONETA Y LAPLANA, José, 1638-1714 - *Gritos das almas no purgatorio, e meyo para os aplacar [por] Joseph Boneta, porcionario da Metropolitana Igreja de Çaragoça* ; [trad.] padre Manoel de Coimbra, clerigo sacerdote do Habito de S. Pedro. Lisboa : na Officina de Antonio Pedrozo Galraõ, 1703. BNP. R. 12494 P.

FIGUEIREDO, António Pereira de, 1725-1797 - *Compendio das epocas e successos mais illustres da historia geral*. Segunda impressão revista, e retocada pelo mesmo author. Lisboa: na Typografia da Academia Real das Sciencias, 1800. BNP. H.G. 19987 P.

LACERDA, Fernando Correia de, 1628-1685, bispo do Porto - *Virtuosa vida, e sancta morte da Princesa Dona Joanna* : reflexões moraes, e politicas sobre sua vida, e morte. Lisboa : na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real, 1674. BNP. H.G. 1709 V.

MÁRTIRES, Veríssimo dos, 1699-1767, OFM - *Director ecclesiastico das cerimoniaes da Cinza, Ramos, e de toda a Semana Santa...com todo o canto-chão, que nos sobreditos dias se deve cantar...* Lisboa: Na Offic. de Joseph da Costa Coimbra, 1755. Com notação musical. BNP. R. 23676 P.

ORDEM DE CISTER - *Livro ordinario do officio divino, e cerimoniaes da Ordem de Cister, da Congregação, & observância de S. Maria de Alcobça. Novamente reformado, emendado, & acrescentado pelo Reverendissimo Padre Fr. Arsenio da Paixão, religioso da mesma Ordem...* [Liturgia e ritual próprios da Ordem de Cister]. Em Lisboa : por Manoel da Sylva impressor, [1]639. BNP. RES. 1395 P.

ORDEM DE CISTER - *Officia Ordinis Cisterciensis, antes ordenado pelo Reverendo Padre Frey Antonio da Castanheira... a devotas petições da muito religiosa Senhora Catherina Teixeira.* E agora de novo impresso por mandado da senhora D. Feliciano Maria de Millaõ Priora do dito Mosteiro... Lisboa: na Officina de Domingos Carneyro, 1691. BNP. R. 14845 P.

ORDEM DE CISTER - *Ordo ad inungendum infirmum & ad comunicãdum atque ad mortuum sepeliendum secu[n]dum Cisterciensis Ordinis consuetudinem* [Liturgia e ritual próprios da Ordem de Cister]. Conimcricae [sic] : excudebat Ioãnes Aluarus, 1555. BNP. RES. 1940 P.

PANTALEÃO, de Aveiro, OFM - *Itinerario da Terra Santa, e suas particularidades...* Lisboa Occidental : na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721. BNP. RES. 1521 P.

SÃO PEDRO, Maria Madalena de, 1658-1747, OSBrig. - *Noticias fielmente relatadas dos custosos meyoos por onde veyo a este reino de Portugal a religião brigítana, que se intitula a Ordem de S. Salvador, e da... fundação... deste Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvilla... / escritas pela Madre Soror Maria Magdalena de S. Pedro ; e dadas à luz... pela Madre Soror Marianna Josefa da Gloria.* Lisboa : na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1745. BNP. R. 24430 P.

VELOSO, José Pereira, 1645-1711 - *Desejos piedosos de huma alma saudosa do seu divino esposo Jesu Christo : divididos em varios emblemas para antes da confissão, & antes, & depois da sagrada cõmunhão : com hu[m]as advertencias para o mesmo intento; em cada emblema leva hum cantico, composto pelo Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas...* Lisboa : na Officina de Miguel Deslandes, impressor de S. Mag. 1688. BNP. R. 16182 P.